



JUSTIÇA CLIMÁTICA, DIVERSIDADE E JUSTIÇA DE GÊNERO

Proteção e Pertencimento: Travestis e Mulheres
Trans em Tempos de Mudanças Climáticas



Ministério das Mulheres |
Governo do Brasil

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

GERALDO ALCKMIN
Vice-Presidente da República

MÁRCIA LOPES
Ministra das Mulheres

EUTÁLIA BARBOSA
Secretária-Executiva do Ministério das Mulheres

SANDRA KENNEDY VIANA
Secretária Nacional de Articulação Institucional,
Ações Temáticas e Participação Política

ANDREZA XAVIER
Diretora de Articulação Institucional, Ações
Temáticas e Participação Política

ANA LUCIA SOUSA PINTO
Coordenadora-Geral de Participação Social e Ações
Climáticas

POLIANA REZENDE SOARES RODRIGUES
Coordenadora-Geral Substituta de Ações Temáticas e
Diversidade

RUBI MARTINS DOS SANTOS CORREIA
Coordenadora de Diversidade

ALESSANDRA JACOBOWSKI
Coordenadora de Ações Climáticas

Associação Nacional de Travestis
e Transexuais (ANTRA)

BRUNA BENEVIDES
Presidenta

YARA CAVALCANTE
Secretária de Juventude

PITTY SERRANO
Secretária da Pessoa Trans Idosa

CÉU CAVALCANTI
Secretária de Atenção em Saúde Mental

ONU Mulheres

GALLIANNE PAYLARET
Representante

ANA CAROLINA QUERINO
Representante Adjunta

MARIA EDUARDA BORBA DANTAS
Analista de Direitos Humanos do
Programa de País

Apoio técnico

Criação e diagramação:
Anelise Stumpf

Janeiro/2026



INTRODUÇÃO

A crise climática representa um dos maiores desafios da atualidade, desencadeando transformações profundas e aceleradas na vida social, na economia e nos ecossistemas globais. O aquecimento global, a intensificação de eventos climáticos extremos e a perda de biodiversidade já demonstram impactos vastos e inequívocos em todas as regiões. É imperativo, contudo, reconhecer que estes impactos se manifestam de maneira profundamente desigual, atingindo com maior severidade a diversidade de mulheres, especialmente as mulheres trans e travestis, cujas vulnerabilidades pré-existentes são intensificadas pela emergência climática. A luta contra a crise do clima é, inseparavelmente, uma luta pela justiça social e de gênero.

Diante desse cenário, é fundamental reconhecer que as mulheridades trans e travestis também vivenciam impactos ambientais agravados por barreiras estruturais. A transfobia ambiental, entendida como a combinação entre discriminação de gênero e exposição ampliada a riscos socioambientais, coloca mulheres trans e travestis em posições de maior precariedade diante de enchentes, ondas de calor, desastres, insegurança hídrica e déficit de moradia digna. Muitas vezes excluídas de políticas públicas, do mercado formal de trabalho e de redes de proteção social, elas enfrentam maiores dificuldades para acessar espaços seguros, serviços de saúde, assistência e informação em situações de emergência climática.

Assim, os efeitos da crise climática se entrelaçam com antigas desigualdades, aprofundando vulnerabilidades e violências ambientais. Garantir justiça climática exige considerar **todas as mulheres**, em sua pluralidade e diversidade, incluindo mulheres cis, mulheres trans e travestis, assegurando que políticas de adaptação, mitigação e proteção ambiental enfrentem também as desigualdades de gênero e as discriminações que determinam quem sofre mais e quem tem menos possibilidades de se proteger.

TRANSFOBIA AMBIENTAL: QUANDO AS CRISES CLIMÁTICAS APROFUNDAM DESIGUALDADES DE GÊNERO

O que é transfobia ambiental?

Transfobia ambiental descreve a forma específica como pessoas trans e travestis são desproporcionalmente afetadas por desastres ambientais, mudanças climáticas e políticas de resposta a emergências.

A transfobia ambiental atinge mulheres trans e travestis de modo desproporcional, diante dos desastres climáticos, da degradação ambiental associada às mudanças climáticas. Não se trata apenas de violações pontuais, mas de um padrão de exclusão atravessado por gênero, raça e território.

Em situações de emergência, essas mulheres enfrentam barreiras específicas: dificuldade de acesso a abrigos, desrespeito ao nome social, violência de gênero em espaços coletivos, interrupção de tratamentos hormonais e atendimentos de saúde e de resposta à emergência sem preparo para acolhê-las de forma digna.

Impactos sobre mulheres trans e travestis

Mulheres trans e travestis, especialmente as negras, concentram-se nas regiões mais vulneráveis, resultado de desigualdades históricas de moradia, cuidados em saúde, renda e acesso a direitos básicos.

Desastres como enchentes, queimadas e deslizamentos não atingem todas da mesma maneira: recaem com força sobre quem já lida com insegurança alimentar e habitacional, informalidade no trabalho e ausência de proteção social.

Em casos de calamidade, os espaços de acolhimento possuem um papel fundamental na proteção e na garantia de direitos humanos das mulheres trans e travestis. Em abrigos, casas de acolhimento e passagem e demais modalidades de acolhida, muitas sofrem violências e humilhações, são forçadas a permanecer em espaços masculinos ou simplesmente evitam procurar ajuda por medo de violência.

Esses impactos afetam sua saúde física, emocional e sua capacidade de reconstruir a vida após o desastre.

Portanto, o letramento de gênero nas instituições permite que as casas de acolhimento deixem de ser apenas um "teto temporário" e se tornem um espaço de emancipação. Quando a equipe multidisciplinar entende que gênero é uma construção social e que a identidade trans é legítima, o atendimento humanizado acontece de forma natural, e não apenas por cumprimento de protocolo.

Assegurar o direito à identidade de gênero e a possibilidade de espaços seguros para travestis e mulheres trans são medidas importantes neste processo.

Cenário atual e desafios para políticas públicas de gênero



Avanços e oportunidades na gestão de gênero e clima pelo governo brasileiro

O governo brasileiro demonstra um compromisso crescente em abordar as interconexões entre gênero, diversidade e questões climáticas, reconhecendo a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

- Reconhecimento da complexidade: O avanço do debate em instâncias internacionais e nacionais reflete uma maturidade institucional em reconhecer que a crise ambiental tem impactos diferenciados, especialmente sobre populações mais vulneráveis.
- Aprimoramento necessário: Embora a tradução de protocolos em ações estatais compreensivas ainda apresenta margem para melhoria, essa constatação serve como um poderoso motor para a rápida expansão e o aprofundamento das iniciativas existentes. O foco agora é em acelerar a concretização de políticas que incorporem de forma plena a diversidade de gênero.
- Oportunidade estratégica: O Ministério das Mulheres está estrategicamente posicionado para atuar como pilar central na integração e liderança deste recorte. Seu papel é decisivo para garantir que as necessidades específicas de mulheres trans e travestis sejam ativas e centralmente consideradas nas futuras estratégias de prevenção, resposta e recuperação a crises ambientais.

Nesse sentido, o Ministério das Mulheres está preparado para liderar a construção de respostas governamentais que sejam pioneiras em equidade e eficazes na proteção de todas as suas cidadãs e cidadãos em face da mudança climática.

Estratégia Transversal Mulheres e Clima - Plano Clima 2024-2035

A Estratégia Transversal Mulheres e Clima é um eixo do Plano Clima nacional. Trata-se de um instrumento que visa integrar a perspectiva de gênero e o enfrentamento às desigualdades étnico-raciais em todas as políticas nacionais de mitigação e adaptação à mudança do clima. Ela reconhece que os impactos ambientais não são neutros, afetando de forma desproporcional as mulheres — especialmente as negras, indígenas, quilombolas, periféricas e LBTIs (lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo) —, que possuem menor acesso a recursos e maior sobrecarga de cuidado. Ao transversalizar o tema, o Estado brasileiro busca garantir que o planejamento climático considere o racismo ambiental e a vulnerabilidade social como fatores de risco, promovendo a justiça climática e o fortalecimento da resiliência comunitária a partir do protagonismo feminino.

Na prática, a estratégia opera por meio de um diagnóstico de riscos, um plano de ações de competência do Ministério das Mulheres, e de recomendações aos demais Ministérios, entes federativos e órgãos públicos. Em relação ao plano de ações, o Ministério das Mulheres prevê o financiamento direto de ações de adaptação e mitigação nos territórios, protagonizadas por mulheres; o fortalecimento de capacidades institucionais, voltadas à elaboração e implementação de planos locais de adaptação e contingência sensíveis a gênero; o fortalecimento da capacitação e participação da sociedade civil e dos movimentos de mulheres na temática e o desenvolvimento de estudos para a produção e uso de dados desagregados por gênero, na seara climática.



Reformulação do Plano de Ação de Gênero, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)

Aprovado na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP30), o Plano de Ação de Gênero de Belém representa um marco ao integrar, de forma explícita, a perspectiva de gênero considerando a diversidade de mulheres, ao mencionar de forma explícita “mulheres e meninas afrodescendentes; mulheres defensoras do meio ambiente; mulheres migrantes; mulheres agricultoras de pequena escala; mulheres de comunidades rurais e remotas; e mulheres com deficiência.”

O Plano passa a orientar as decisões climáticas da próxima década (2026–2034), fortalecendo a justiça de gênero como eixo estruturante das políticas de enfrentamento à crise climática. O documento também inova ao trazer previsões de iniciativas voltadas à proteção de defensoras do meio ambiente e de mulheres e meninas em contexto de risco relacionado a eventos climáticos extremos e deslocamentos. Outra novidade é o reconhecimento do trabalho de cuidado e a saúde das mulheres como parte integrante da resposta climática. Na frente de financiamento, o Plano cria bases para que fundos avancem no apoio diretamente a mulheres, suas organizações e comunidades.

O Ministério das Mulheres e a ONU Mulheres seguem engajados em assegurar a implementação efetiva do Plano de Ação de Gênero de Belém (GAP), em consonância com o planejamento da Estratégia Mulheres e Clima do Plano Clima nacional. Com isso, reafirmam o compromisso de integrar a perspectiva de gênero de forma transversal às políticas climáticas, fortalecendo a proteção de direitos, a redução de vulnerabilidades e a participação qualificada das mulheres na construção de respostas climáticas justas, inclusivas e sustentáveis.

Atualização das Diretrizes de Proteção às Mulheres e Meninas em Emergências Climáticas

O Ministério apresenta um protocolo específico, voltado a orientar órgãos e gestores públicos no atendimento adequado de mulheres e meninas, nos casos de emergências climáticas que obriguem deslocamentos forçados. Trata-se de um protocolo de resposta a crises, para que mulheres e meninas, em toda sua diversidade, não sofram impactos adicionais além daqueles impostos pelos desastres climáticos e deslocamentos forçados.

Cartilha e Vídeo “Mulheres nas Ações Climáticas”

Foram produzidos em parceria com o projeto Fortalecimento de Mulheres como agentes-chave para uma transformação social e ecologicamente justa na Amazônia, que integra a Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável e é implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e pelo Ministério das Mulheres, com



recursos do Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha. O material tem como objetivo informar e mobilizar mulheres sobre a crise climática e a importância da perspectiva de gênero nas políticas públicas. A cartilha está disponível no site do Ministério das Mulheres, reúne informações, dados e exemplos práticos para apoiar a participação feminina na discussão e atuação sobre as mu-



danças climáticas. O vídeo foi proposto pelo Ministério das Mulheres em parceria com a GIZ e tem como objetivo mobilizar o público para compreensão dos impactos da crise climática na vida das mulheres.

Nosso Clima, Nossos Direitos:

Você, gestora e gestor! Você, cidadã e cidadão!
Saiba como enfrentar a transfobia ambiental



Todas as pessoas têm o direito de reivindicar e defender direitos humanos. Participar de movimentos, organizações e manifestações pela justiça climática é um direito de todas. Elas podem ser levadas em consideração por gestoras, tomadoras de decisão e organizações e movimentos da sociedade civil nas ações que visem garantir a justiça climática para as travestis e mulheres trans.

1. Incluir obrigatoriamente o recorte de identidade de gênero, para tornar visíveis as mulheres trans e travestis nos planos de respostas a emergências climáticas e desastres, como nos protocolos de abrigo.
2. Capacitar equipes de resposta a crises climáticas, como a Defesa Civil, a Saúde e a Assistência Social, para garantir atendimento seguro e livre de discriminação.
3. Promover o acesso contínuo a tratamentos e serviços de afirmação de gênero em emergências, como hormonização e medicamentos.
4. Garantir espaços e serviços de acolhimento seguros e alinhados às normas e parâmetros internacionais de direitos humanos e não-discriminação para mulheres trans e travestis.
5. Produzir dados e pesquisas financiadas pelo Estado que contribuam para visibilizar e gerar mais conhecimento sobre o elo entre as mudanças climáticas e as desigualdades de gênero para as travestis e mulheres trans. Pesquisas devem mapear: perdas de moradia, barreiras no acesso à documentação, em especial o registro civil, saúde, violência em abrigos, interrupção da hormonização, impactos no trabalho e na renda, e formas de exclusão institucional durante emergências, entre outros fatores.
6. Garantir a participação direta de travestis e mulheres trans na elaboração de políticas ambientais e de reconstrução.
7. Elaborar protocolo de emissão de documentos em contextos de crise que assegure a identidade de gênero e autodeterminação, assim como a inclusão do nome social.

Enfrentar a transfobia ambiental é fortalecer a justiça de gênero e assegurar que, diante das crises climáticas, nenhuma mulher, cis ou trans, seja deixada para trás.



Para mais informações
consulte o guia “Todas
as Mulheres: Dignidade,
Cidadania e Direitos
Humanos para Travestis e
Mulheres Trans”

